

Procurador entra com ação em favor de 69 bóias-frias no PA

O procurador Wilson Roberto Prudente, do Ministério Público do Trabalho, quer garantir o pagamento imediato de verbas rescisórias e de indenização para cada um dos 69 bóias-frias libertados semana passada de condições degradantes de trabalho na fazenda Bela Vista, no sudoeste do Pará.

Roberto Prudente ingressou, nesta quarta-feira (21/7), na Vara do Trabalho de Marabá com Ação Civil Coletiva, com pedido de liminar, em favor dos trabalhadores. Eles foram resgatados na maior operação já deflagrada pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo este ano.

A ação proposta também responsabiliza os donos da fazenda pelo ocorrido. O MPT pede ainda o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário dos empresários.

O MPT calculou em torno de R\$ 400 mil o montante devido e em R\$ 21 mil a quantia que cada trabalhador deve receber por dano moral. Os irmãos Jorive Tavares e José Tavares, de Goiânia, foram identificados como os proprietários do imóvel, situado entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, na região conhecida como Terra do Meio.

O procurador disse que os fazendeiros tentaram dissimular a responsabilidade, mas a investigação e os depoimentos dados pelos trabalhadores e pelo “gato” que arregimentava os bóias-frias levaram aos nomes dos empresários goianos. Alberto Souza Bastos, o “gato”, está preso em uma penitenciária em Marabá.

Nos depoimentos, os trabalhadores afirmaram que eram transportados de jatinho para a fazenda, onde trabalhavam na derrubada da floresta para a preparação de pastagem. O imóvel fica a 8 dias de barco a partir de São Félix do Xingu.

Aproximadamente 50 pessoas participaram da operação do Grupo Móvel, que envolveu auditores fiscais do Trabalho, policiais federais e militares da Força Aérea Brasileira.

Date Created

21/07/2004